

**ATA N.º 8/2018
DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA
EM 9 DE ABRIL DE 2018**

-----Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente José Jorge Couto Vala, achando-se presentes os vereadores senhores, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Fernando Manuel Marques Amado, Telma Cristina Rodrigues da Cruz e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano.-----

-----A reunião foi secretariada por Rogério Paulo Fernandes Nunes.-----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que agradece a disponibilidade dos Senhores Vereadores para a alteração da hora esta reunião, esperando que a referida alteração possa redundar na melhoria da discussão dos pontos em agenda.-----

-----No âmbito da sua intervenção aproveitou para se referir a duas situações:-----

-----Em 1.º lugar para referir que pretende apresentar um voto de louvor em nome de todo o executivo a submeter à apreciação na próxima reunião de Câmara, a realizar na união das freguesias de Alvados /Alcaria, ao atleta Márcio Ferreira, natural de Alvados, que dia 8 de abril se sagrou campeão europeu de downhill Master 35.-----

-----Em 2.º lugar referiu-se à posição final na concertação da CIM com a DGEST relativamente aos cursos de ensino profissional a distribuir pelos Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal, referindo que ainda não é oficial mas não podia deixar de dar nota daquilo que é a realidade do concelho de Porto de Mós, se não houver alteração, vai ter uma turma de técnico de multimédia, com uma turma da Escola Secundária de Porto de Mós, esta escola teve os cursos profissionais à qual se candidatou, como técnico de maquinaria e programação de CMC meia turma do Instituto Educativo do Juncal, técnico de produção e montagem de moldes meia turma no Instituto Educativo do Juncal, técnico laboratorial de auxiliar de saúde um turma também no IEJ, já tinham antes, técnico de análises auxiliar de saúde meia turma na Secundária de Porto de Mós, técnico de restauração e bar, não abre no IEJ, técnico de turismo, Ambiental e Rural uma turma no IEJ, técnico de desporto, meia turma na Secundária de Porto de Mós e meia turma no IEJ, técnico de designe industrial meia turma no IEJ, técnico de informática e mecatrónica uma turma no IEJ, na qual vai ao encontro daquilo que era e perspectiva do executivo.-----

-----Intervenção do Vereador Rui Marto-----

-----Agradece a mudança do horário da reunião da Câmara, pois esta necessidade de mudança da hora da reunião deve-se a um compromisso que teve enquanto elemento da mesa Diretiva da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, no que concerne a apoio a obras para aquela instituição de solidariedade social.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

I – DIVISÃO FINANCEIRA, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO ADMINISTRATIVA

1.RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar o relatório, que foi antecipadamente distribuído por todos os vereadores. Disse de seguida que neste Relatório de Gestão e Prestação de Contas

de 2017 houve um objetivo de introduzir um conjunto de alterações para acentuar a objetividade e transparência através do texto nele patenteados, mas também em gráficos e quadros relevantes, nos gráficos comparativos no sentido de esclarecer da forma mais objetiva possível todas as situações do documento em análise. Considerou que o relatório aparece com uma nova “roupagem” nos mapas comparativos de algumas situações mais de pormenor e na parte política afirma que as contas de 2017 são globalmente estas e que vem do anterior executivo. Referindo-se à redução do resultado líquido do exercício, diz que é a fotografia final do que se passou em termos de gestão financeira, no entanto não dá muito realce a este valor, pois numa autarquia vale o que vale, porque uma Autarquia não paga dividendos aos seus acionistas, também não paga IRC e numa perspetiva mais micro também não é por aqui que se afere se há ou não uma boa gestão dos recursos públicos, embora fique bem que tenha resultados positivos, sendo que os mesmos ficaram em cerca de metade daquilo que tinha sido do ano anterior, referindo em concreto os factos contabilísticos que deram origem a tal situação, tais como: a rotunda da Tremoceira que sendo uma obra realizada pelo Município, mas não é sua propriedade, tem que ser todo levado a custos no próprio exercício, o que pressupõe um custo suplementar no exercício na ordem dos 200 mil euros. Por outro lado foram criadas provisões que ultrapassaram os setenta mil euros para processos em Tribunal, que já haviam sido sinalizados pelo nosso Revisor Oficial de Contas em relatórios anteriores. O Senhor Presidente considera que é uma decisão provisional e o executivo entende ser um bom exemplo de transparência, boa gestão e respeito pelas regras contabilísticas aplicáveis – neste caso a prudência. Ainda a contribuir para o resultado líquido mais reduzido contribuiu o abate de escolas ao imobilizado do Município, pois sobre as mesmas forma edificados novas construções e essas novas é que passaram a ser amortizadas, bem assim como a construção adquirida em Porto de Mós e posteriormente demolida.-----

-----Interveio o Senhor Vereador Rui Marto para dizer que não tem grandes dúvidas, até porque a leitura dos documentos não lhe suscitaram dúvidas. Por outro lado o relatório e documentação anexa lê-se bem e é explícito, tendo ficado com a noção clara do que se passa e opina que tem a certeza que tudo o que está patenteado nos documentos em análise corresponde à verdade, portanto ficou com noção que o estado da Câmara é bom.-----

-----Prosseguiu para dizer que no final do ano passado acabou-se um ciclo político e houve uma transmissão tranquila do poder, não tendo havido a tendência de se gastar até ao último cêntimo, não obstante ter considerado que terá havido alguma tendência para exagerar algumas coisas, como é próprio destes períodos.-----

-----Prosseguindo com a sua intervenção, frisou que há aspetos aos quais quer dar aqui nota, alguns deles nem sequer são financeiros, mas que lhe dizem respeito e que até poderão repercutir-se na parte financeira, nomeadamente na questão das perdas de água, onde houve uma evolução positiva na redução, conforme se pode verificar pelo gráfico 36, patente na página 61 do relatório, onde teve alguma influência o trabalho desenvolvido pelo executivo anterior, tendo considerado que tem a certeza que há margem para haver uma evolução ainda melhor neste indicador no futuro próximo.-----

-----Para responder ao Vereador Rui Marto, interveio o Senhor Presidente da Câmara para dizer que em relação a esta matéria como às outras o executivo teve o cuidado de pedir a todos os serviços, sem exceção, para darem todas as informações possíveis para não ficarmos com informação por transmitir da qual é ele o primeiro a dar a cara por todos e por tudo. Disse também que em relação ao ano anterior assume que poderá haver indicadores a piorar no futuro, afirmando que o executivo não é dono da razão, se por alguma razão, houver aspetos menos positivos não deixará de fazer as comparações que se impõem e muito menos escamotear o que quer que seja, afirmando de forma perentória que este executivo está cá para assumir todas as responsabilidades relativamente a esta matéria e a qualquer outra.-----

-----Interveio novamente o Senhor Vereador Rui Marto para dizer que há aspetos que podem piorar, mas o objetivo de todos é que devam melhorar e que todos os elementos do executivo estão em funções para colaborar para atingir o objetivo de melhoria contínua. Referindo-se depois ao saldo de gerência que passou na Câmara, considerou que foi um valor muito significativo, no entanto caso a obra da “central termoeletrica” tivesse decorrido

conforme previsto no cronograma, eventualmente os valores em saldo poderiam ser outros, no entanto lembra que se houvesse mais obra também haveria mais comparticipação financeira no âmbito do “Portugal 2020” e portanto o resultado final não seria muito diferente. -----

-----Intervio de novo o Senhor Presidente da Câmara para dizer que teve a apurar as contas e considera que o saldo da gerência será suficiente para a construção da obra da “Central termoelétrica” e para se comprar os terrenos área de localização Empresarial de Porto de Mós, tendo referido a este respeito que já foi adquirido/acertado com os proprietários cerca de 30 mil metros², o que é uma boa base para prosseguir o processo de negociação e aquisição das referidas parcelas.-----

-----Intervio o Senhor Vereador Rui Marto para dizer que em termos de investimentos previstos aos fundos comunitários, conforme mapa anexo ao relatório, disse que as candidaturas já aprovadas são uma boa margem para se trabalhar, tendo ainda questionado a razão de não estar registado no mapa das candidaturas qualquer valor recebido referente à obra da Escola da Calvaria de Cima.-----

-----Intervio o Senhor Presidente respondeu que não está nenhum valor mencionado porque ainda não está validado e pago o pedido de pagamento apresentado pelo Município para a quele projeto financiado. -----

-----Intervio o Senhor Vereador Rui Marto para dizer que há uma pequena falha no nome da empresa adjudicatária da “central Termoelétrica”, conforme página 51 do relatório de gestão, que entende deveria ser corrigido.-----

-----Intervio o Senhor Presidente da Câmara para frisar que em termos de endividamento o município está bem, no entanto poderá, no futuro, ter quer se aproveitado parte para desenvolver o projeto da área de localização Empresarial de Porto de Mós, tendo em conta o valor que o Município tem que investir e a comparticipação do “Portugal 2020”, referindo-se ainda à situação e aos valores das aquisições dos terrenos destinados a implantar este projeto de investimento empresarial. Neste sentido não descarta a possibilidade do Município recorrer a um empréstimo para pagar a diferença da contrapartida nacional do investimento até porque atualmente há condições muito vantajosas por parte do sistema bancário para concessão de crédito.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu-se depois há situação duma empresa instalada na Zona industrial – a Rectimoldes, que corre o risco de poder deixar aquela zona pois pretende expandir-se rapidamente necessitando de cerca de sete ou oito mil m² de terreno, informando que irá tratar deste assunto com o Senhor Mário Rino que é proprietário de lotes anexos a esta empresa, mas que a seu tempo trará, em concreto, este assunto à reunião da Câmara. -----

-----Intervio o Vereador Rui Marto para questionar alguns pormenores, em concreto do relatório do revisor oficial de contas que lhe suscitam dúvidas interpretativas.-----

-----Intervio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que não há qualquer reserva por parte do Revisor Oficial de Contas nas contas de 2017, havia efetivamente, no passado questões sobre a constituição de provisões referentes aos processos judiciais, mas que está sanada, pois no corrente exercício essas provisões foram constituídas.-----

-----Intervio a Senhora Vereadora Sofia Caetano para questionar a diferença dos depósitos bancários quanto entre outubro e dezembro. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que o Município neste período pagou mais de um milhão de euros de obras que estavam adjudicadas mas que ainda não estavam pagas especialmente pavimentações betuminosas, até porque pretendia passar com a menor dívida possível, pois não é objetivo do Município ter aplicações financeiras a render 0% de juros, mas sim não ter dívidas aos seus credores. -----

-----De seguida, a Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro **deliberou, por maioria**, com uma abstenção da Vereadora Sofia Margarida Amado Pereira Caetano e os votos a favor dos restantes membros do Órgão Executivo, em aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas referentes a dois mil e dezassete e nos quais se verificam os seguintes valores: -----

----- **Execução orçamental:** -----
 ----- ▪ Saldo do ano anterior: € 2.870.413,76-----

-----▪ Receitas: € 18.468.450,38 -----
 -----▪ Despesas: €18.909.250,98 -----
 -----▪ Saldo para o ano seguinte: € 2.109.671,16 -----
 ----- **Operações de tesouraria:** -----
 -----▪ Saldo do ano anterior: € 814.289,30 -----
 -----▪ Recebimentos: € 1.069.989,85 -----
 -----▪ Pagamentos: € 1.148.014,08 -----
 -----▪ Saldo para o ano seguinte: € 736.265,07 -----
 -----Mais **deliberou, por unanimidade**, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e para os efeitos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, submeter o Relatório de Gestão e Prestação de Contas e a proposta de aplicação de resultados referente a dois mil e dezassete à Assembleia Municipal para apreciação e votação. -----

-----**Nesta altura deixou a reunião o Vereador Fernando Manuel Marques Amado.**-----

-----**2. ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2017 - APRECIÇÃO** – Presente o relatório de avaliação do estatuto do Direito de Oposição consagrado na Lei 24/98, de 26 de Maio, distribuído juntamente com a documentação de prestação de contas a todos os vereadores. -----

-----Quanto ao relatório do estatuto da oposição o Senhor Presidente disse que é recomendado que seja trazido e isto não tem votação e está enquadrado naquilo que é o bom relacionamento com todos. -----

-----A Câmara Municipal apreciou o relatório e deliberou submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----**3. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS DE 2017 - APRECIÇÃO** – Apreciado o Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2017, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, a Câmara Municipal apreciou o relatório e **deliberou, por unanimidade**, em submeter o referido Relatório à apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----**4. REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 – 2021** -----

-----**4.1.1.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS;**-----

-----**4.2.1.ª REVISÃO ÀS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES;**-----

-----**4.3.1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO;**-----

-----Em relação à 1ª Revisão aos Documentos Previsionais 2018-2021, o Presidente apresentou e destacou as principais alterações em termos de AMR's – Atividades Mais Relevantes, PPI – Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, conforme documentação de suporte entregue em tempo aos Vereadores. -----

-----O Senhor Presidente explicou o conteúdo da revisão, por rúbricas, bem assim como a inserção de novos projetos como a “aquisição de viaturas elétricas” Instalação de postos de carregamento de viaturas elétricas”, entre outras. -----

-----De seguida falou ainda sobre a candidatura do saneamento em conjunto com os municípios Porto de Mós, Batalha, Leiria e Marinha Grande e numa 2.ª fase poderá entrar Ourém, na nossa candidatura tem a ver com o eixo Cumeira – São Jorge e depois poderá também abranger o Livramento, o fecho de malha de Porto de Mós e Alqueidão da Serra, que corresponderá a um investimento na ordem dos três milhões de euros, considerando que esta candidatura será dividida em duas ou três fases, mas não sendo para já necessário reforçar em 2018 e é fundamental que nos anos seguintes o Município esteja preparado para os investimentos que vão ser bastante significativos, naturalmente avançando a candidatura, e se não ela avançar o ritmo dos trabalhos nesta área terá que ser mais lenta, mas tendo em conta os projetos é propósito do executivo avançar porque o Município tem sido confrontado pelo

ERSAR para melhorar os indicadores neste domínio. Ainda nesta área referiu-se á inserção dum projeto nas grandes opções do Plano no sentido de adquirir uma viatura de recolha de efluentes e desobstrução de esgotos em conjunto com a Batalha e, eventualmente, com a Marinha Grande, num modelo de aquisição e gestão ainda em fase de estudo. -----

-----Destacou ainda na retirada de alguma verba destinada à base de Alcaria uma vez que se tinha colocado um valor de 250 mil euros inicialmente, este valor tinha como um compromisso para aumentar a base, mas o investimento poderá ser realizado diretamente pela Administração central através de verbas do POSEUR. -----

-----Referiu-se também ao aumento de dotação de cerca de 150 mil euros para o saneamento, com o objetivo de alocar mais 140 mil euros para o saneamento à volta do Intermarché, Lar Académico e depois ligar a rede da Corredoura dar a volta ao Hotel, o novo restaurante e vai ligar junto ao Centro de Saúde.-----

-----Informou ainda que foi aumentada a dotação para de manutenção em vários depósitos de água, bem assim coimo a aquisição de viatura pesada de mercadorias usada, para o serviço de águas.-----

-----Interveio o Sr. Vereador Rui Marto para falar sobre a aquisição do veículo pesado na qual foi referido que iria ser em 2.ª mão, tendo-se referido á frota municipal que, efetivamente está um pouco envelhecida e necessita de renovação, pois está pouco operacional e a gerar muita despesa de manutenção, pelo que discorda da aquisição de camião usado, pois em breve o mesmo também estará a dar despesas de manutenção e a ter a rentabilidade que se espera. Sugeriu ainda que fosse apresentado na Câmara um plano global de substituição de frota de forma faseada. -----

-----Em resposta ao Vereador Rui Marto, o Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à aquisição do camião o executivo esta a ponderar a ideia porque lhe deram por alto um valor, e aquilo que lhe disseram que um veículo como este que anda poucos quilómetros na qual basicamente é para transportar tout-venant, na qual tem que ter uma caixa robusta e que tenha condições mínimas para trabalhar nessa área, não se justificando por esta razões a aquisição de camião novo, que é um investimento muito alto. -----

-----Analisados os documentos, a Câmara Municipal **deliberou, por maioria**, com três votos de abstenção por parte dos Vereadores Rui Manuel Correia Marto, e Sofia Pereira Margarida Amado Pereira Caetano e os votos a favor dos restantes membros do Órgão Executivo, José Jorge Couro Vala, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz e Marco Paulo Barbosa Lopes, aprovar a Proposta referente à 1ª Revisão aos documentos previsionais 2018-2021. **Mais deliberou, por unanimidade**, em cumprimento da alínea c) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro e para os efeitos estabelecidos na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal, submeter a 1ª Revisão aos documentos previsionais 2018-2021 à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**5.ADENDA AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO DE MÓS - PROPOSTA** – Deliberado aprovar a adenda e submeter à Assembleia Municipal.-----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** – A Câmara Municipal **deliberou, por unanimidade**, ao abrigo do n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente ata em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e quinze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Ata.-----

